



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55



ATA n.º 006/2018

Ata da sexta sessão ordinária do segundo período, da 14.^a Legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada no dia cinco de março de dois mil e dezoito, às dezessete horas e trinta minutos, registrada a ausência justificada da Vereadora Sandra Aparecida Daniel devido à tratamento de saúde de seu pai. Nos termos do Regimento Interno e considerando que todos os vereadores tinham recebido cópias das atas das sessões dos dias quinze e dezanove de fevereiro, as mesmas foram colocadas em discussão e aprovadas com os votos favoráveis de todos os presentes. Foi lido o Projeto de Resolução n.º 01/2018 apresentado pelos vereadores Sandra Aparecida Daniel, Gilberto Bello da Silva e Edmundo Vier, propondo a criação de Comissão de Assuntos Relevantes para elaboração de estudos acerca do Transporte Universitário custeado total ou parcialmente pelo Município de Inácio Martins através de Fomento/Termo de Convênio firmado com a AMEU (Associação Martinense de Estudantes Universitários), encaminhada para discussão e votação única. Na Ordem do Dia desta sessão; a Indicação de Serviço n.º 03/2018 do Vereador Bello solicitando a "Troca de lâmpadas queimadas e a substituição de um suporte, nos postes de iluminação pública da Vila Rural", despachada para ciência do Executivo Municipal. Ainda dentro do Expediente o presidente solicitou a leitura do Requerimento para uso da Tribuna formulado por Osvaldir Nunes Pereira, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, para falar sobre a situação das estradas rurais do município. Nos termos o artigo 292 do Regimento Interno e considerando o deferimento ao Requerimento formulado, o presidente convidou o requerente a usar a Tribuna esclarecendo que teria prazo de 10 (dez) minutos para pronunciamento, podendo ser prorrogado por igual período; não podendo o orador ser aparteado em seu pronunciamento, e que após os pronunciamentos a presidência abriria espaço para debate entre o orador e os vereadores, determinando o tempo necessário. O requerente iniciou o uso da Tribuna como Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e neste ato representando seu presidente Rodrigo da Silva Rocha que não pode se fazer presente expondo que os assuntos que relataria eram sobre as estradas municipais, mais precisamente sobre o sistema viário rural. Durante o tempo permitido relatou várias situações sobre as estradas rurais, vários dos problemas já relatados em sessões dessa e em todas as reuniões do conselho contando que por isso procuraram formar uma comissão dentro do conselho para que juntos com os vereadores e representantes do executivo pudessem estudar melhor algumas providências a serem tomadas e além desses problemas discorreu também sobre a situação da arrecadação do município, pois exista muita sonegação em relação às notas fiscais emitidas, o que reduzia o repasse do FPM pelo estado, e ainda comentou a situação em relação ao prejuízo que o município teve, principalmente os agricultores, com o fechamento da agência do Banco do Brasil, dentre outros assuntos relacionados. Encerrado o tempo do orador o presidente deixou a palavra aberta aos vereadores que complementaram os temas debatidos e também se manifestaram a respeito da solução desses problemas, e após todos os



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55



Inscritos usarem a palavra deu-se por encerrada a participação. Iniciando o uso da **TRIBUNA** pelos vereadores, o Vereador **BELLO** falou sobre o transporte de alunos universitários para os municípios de Guarapuava e Irati, administrado pela Associação Martinense de Estudantes Universitários, relatando que neste ano o município repassava subvenção totalizando o custeio desse transporte e os alunos pagavam apenas uma contribuição para custeio de despesas da associação e com isso teria aumentado muito o número de alunos usuários estando próximo a duzentos alunos e isso era muito importante, pois estavam vendo que o município estava desenvolvendo, mas tinham vagas para apenas cento e sessenta alunos e aí os alunos começaram a procurar os vereadores tendo procurado o líder do prefeito Vereador Gil, o Chefe de Gabinete Ismael, e posteriormente o prefeito, e apenas conversaram não tendo chegado a nenhuma solução, cujo problema era pequeno para se resolver, mas teria se agravado. Explicou que membros da diretoria da associação, dos quais não citaria nomes, teriam humilhado alunos chegando a retirar uma aluna à força de dentro do ônibus, aluna que estava presente na sessão, e outros alunos também tinham procurado os vereadores relatando problemas e infelizmente alguns alunos tinham entrado na Justiça pedindo uma liminar para conseguir usar esses ônibus. Falou que existia uma agravação ainda maior do problema que teria ocorrido na última sexta-feira onde uma pessoa da diretoria teria ido até um ônibus e falado a duas alunas "que fossem carpir, pois estavam só lhe atentando e fossem para aquele lugar" e uma das alunas tinha problema de saúde, passou mal e precisou ir até um hospital na cidade de Irati, onde fazia o curso, e essa aluna tinha um laudo médico do problema que havia ocorrido, o que se deu em virtude de um aumento da pressão arterial, relatando detalhes das agressões sofridas e do atendimento recebido. Falou que essa pessoa não era dona da associação e o dinheiro administrado também não era dela e sim dos estudantes universitários os quais parabenizava, pois estavam tendo um transporte de qualidade e não como era antigamente, mas era de todos os alunos e não penas de uma pessoa, então era uma pena que tivesse chegado a essa situação. Comentou o Projeto de Resolução apresentado, através do qual seria criada uma comissão para estudarem esta situação, investigarem a associação, e provavelmente tudo seria esclarecido. Ainda esclareceu falando com todo respeito ao Vereador Dimas que a subvenção repassada seria de recursos livres do município e não através de emenda parlamentar e com todo o respeito ao deputado desse vereador, que não citou o nome, este teria disponibilizado quinhentos mil reais para a compra de caminhões e tinha o respeito da população assim como teriam respeito os deputados Artagão Junior, Evandro Roman, Bernardo Carli e outros, mas a subvenção era dinheiro do município, e fariam esse estudo para que pudessem deixar tudo esclarecido. Quanto a comentários de que os alunos perderiam o repasse fez a leitura de uma consulta que tinha feito junto a um advogado sobre políticas públicas e que esse programa poderia acontecer no município, o que assegurava o repasse e não teria prejuízos para os alunos, dizendo aos alunos que ficassem tranquilos, pois ninguém queria tirar esta subvenção, mas o que queriam saber era porque tinha pessoas agindo dessa maneira, ameaçando, causando constrangimentos e fazendo alunos passar mal, e que era uma pena



como parlamentar trazer a público uma situação como essa, que era bem pequena mas podia ficar maior. O Vereador **LAURICI** comentou em relação a Comissão que seria instaurada lembrando que na gestão anterior o Vereador Jorge teria levantado uma situação em relação às APMF'S e comissão semelhante foi criada, da qual fez parte como Relator, para dizer que isso não tinha nada demais; não precisava ninguém ficar preocupado e essa era uma atribuição enquanto vereadores em poder ajudar, como foi feito na época, até num sentido mais de orientação do que punitivo, então a intenção dessa comissão não era punir ninguém mas sim poder esclarecer os fatos, e o Legislativo, além do mais, poderia até colaborar com o pessoal da AMEU e de repente solucionar esse problema que estava acontecendo entre os universitários e algumas pessoas que faziam parte do comando da associação. Parabenizou o ex-vereador Osvaldir que também fazia parte do Conselho de Desenvolvimento Rural lembrando que o mesmo já tinha feito parte dessa casa como vereador e na última eleição tinha sido candidato novamente, apoiando a gestão do atual prefeito, mas via que era importante saberem separar o lado político do lado da necessidade das pessoas. Contou que há alguns dias estava saindo dessa casa junto com o Vereador Bello e um senhor residente no Matão lhes cobrou que fizessem uma visita na comunidade dizendo que estavam ganhando para isso e deveriam lhes visitar para ver a situação, que este senhor estava certo e devia cobrar mesmo, e na medida do possível faziam visitas ao interior para acompanhar os trabalhos que estavam sendo feitos contando que no ano passado tinha acompanhado vários locais onde o maquinário da prefeitura tinha passado e conseguido fazer uma quantidade grande de estradas, mas na maioria somente patrolamento com muito pouco cascalho colocado, sem fazerem a retirada das águas e sem usar o rolo compactador, e em uma ocasião conversando com o chefe de gabinete perguntou se estavam tendo dificuldades em conseguir cascalho, pois lembrava que na gestão anterior existia uma briga muito grande do executivo com os donos das cascalheiras e acreditava que essa briga ainda existia e a resposta do chefe de gabinete foi de que o cascalho melhor, geralmente não queriam fornecer para o município fornecendo apenas as pedras ferro que precisavam ser britadas e assim ficava muito difícil. Falou que ouvindo o senhor Osvaldir e também os demais vereadores entendia que o executivo não devia pedir para os donos das cascalheiras e esse material deveria ser de uso do município para que retirasse o cascalho na hora que precisasse, porque não estavam utilizando esse material em benefício próprio e sim em benefício do proprietário e moradores da região. Com relação ao transporte de madeiras que saíam do município disse com toda certeza que não era só a madeira, mas sim uma grande quantidade também de erva mate que saía para outros municípios e se fossem verificar a fundo, também estava saindo sem imposto nenhum para o município. Ainda falou que votariam nesta sessão a reposição da inflação do Legislativo e também dos funcionários da casa e comentou que já tinha conversado com o Vereador Gil, o qual lhe repassou que já estava sendo analisado, para que o executivo também mandasse um projeto com relação à reposição dos funcionários do município e do pessoal do magistério para que não acontecesse como no ano anterior quando o projeto chegou no



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

mês de abril e os funcionários acabaram perdendo o período retroativo, então deveriam ser tomadas providências para que logo essa casa estivesse votando também a reposição inflacionária dos mesmos. O Vereador **SIDNEI LOPES** falou que também estava na pauta de sua fala a questão da retirada de madeiras do município e contou que nesta semana esteve junto com o prefeito visitando algumas empresas no interior que estavam extraíndo pinus e estiveram em uma floresta próxima à localidade de Santa Rita, e também visitaram estradas onde tinha transporte escolar próximo ao senhor Lauri Setrinski; no Faxinal dos Rodrigues onde o maquinário estava trabalhando e por sinal a estrada estava ficando em perfeitas condições, pelo menos onde estavam fazendo, e em algumas estradas onde já tinha passado o maquinário o prefeito tinha mandado voltar e refazer os locais onde tinham alunos. Em relação ao cascalho falou ao Vereador Laurici que esse não era o problema para o município, pois todas as comunidades tinham cascalheira e todas forneciam gratuitamente para o município citando a região de São Domingos que na estrada do Matão tinha três ou quatro cascalheiras; em Faxinal dos Rodrigues o senhor José Arruda tinha uma cascalheira; no José Dias, Terra Cortada e Góes Artigas, todas as comunidades tinham, então não poderiam falar que a falta de cascalho era problema para o município, além da sede que possuía a cascalheira da Madepar que acreditava que não cobrava também. Em relação à sonegação disse que abordaram alguns caminhões junto com o prefeito e realmente a sonegação era grande, pois de quatro caminhões, três não tinham nota fiscal e o único que tinha nota estava com desvio de trajeto, pois estava com uma nota de São José dos Pinhais para Telêmaco Borba, também irregular. Em relação aos postos fiscais falou ao Vereador Nelsinho que infelizmente não podiam ter mais e quando existiam era preciso um convênio com o Estado para poder fazer, explicando que era fiscal tributário municipal e não podia fazer um auto de infração, mas estava sendo firmado um novo convênio com o Estado e a Receita Estadual já havia estado no município na segunda-feira anterior, mas não podia mais existir os postos fiscais em nenhum município do Estado e o município não tinha o poder de parar um caminhão em uma PR, a não ser a Polícia Rodoviária, então infelizmente se fosse para existir sonegação devido aos postos fiscais isso continuaria. Contou que o município estava verificando para fazer uma fiscalização volante, e inclusive já tinha contratado uma assessora para verificar a questão do ICMS do município, chamada Marli Kzuma, que já estava vendo a questão das notas de produtor para essa fiscalização onde a Receita estaria acompanhando junto com a Polícia Militar, pois sozinho fiscal nenhum conseguiria parar um caminhão e não tinham poder de polícia, e estavam conversando com o prefeito para fazer isso a partir do momento que fosse assinado o novo convênio com o Estado, e após seria feito uma blitz junto com a Polícia Militar, primeiramente fazendo orientações e após o Estado faria o auto de infração, trabalho que não caberia ao município. Falou também que como funcionário lotado no Setor de Tributação iria sugerir ao prefeito para verificar a situação quanto ao ISS por parte das empresas que estavam fazendo o corte de madeiras ou de qualquer natureza que fosse, porque esse era um dinheiro que entraria para ajudar o município a custear as despesas, principalmente com as



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

estradas. Novamente falou sobre a ponte do Rio Jerônimo e ficou sabendo neste dia pelo prefeito que a madeira estava pronta e estavam aguardando apenas a prefeitura de Guarapuava que entraria com a mão de obra e ainda não tinha sido levada a madeira, pois com certeza seria roubada e quando fossem fazer a ponte não existiria mais. Como último assunto falou em relação à AMEU dizendo que a partir do momento que fosse instituída a Comissão deveriam trabalhar em cima, não por estarem desconfiados de que alguém estivesse “metendo a mão” no dinheiro público, mas era uma obrigação de fiscalizar como estava sendo aplicado o dinheiro público, uma subvenção de quase quinhentos mil reais que estava sendo repassado e eram poucos os municípios que faziam isso, e assim deveriam chamar a diretoria da associação para saber quem poderia ou não usar o transporte, pois apenas com conversas ninguém saberia se era verdade ou não, por isso era parceiro e estava a disposição da associação para esclarecer os fatos. Ao encerrar o Vereador Nelsinho pediu apenas um esclarecimento sobre o cascalho da empresa Madepar, se a mesma estaria produzindo com o britador móvel para uso próprio, e o orador esclareceu as dúvidas do aparteante. O Vereador **DIMAS VIER** falou que nesse momento estava um pouco chateado e um pouco triste em relação ao que tinham comentado sobre as estradas do interior onde existiam até postagens nas redes sociais em que moradores estavam fazendo mutirão para retirar pedras das estradas em locais onde deveria existir transporte escolar e não estava acontecendo, onde o transporte existia, mas devido à falta de estradas os alunos estariam perdendo aulas, por isso pediu aos seus pares e também ao prefeito o qual sabia que iria olhar para esse lado para que recuperassem com urgência as estradas do interior onde estava precária a situação. Contou que em todos os sábados as comunidades estavam se reunindo a exemplo do Matão que já tinha feito um mutirão; a comunidade de Tancredo Neves que fizeram o mesmo para arrancar pedras e trancar buracos, e também no último final de semana a comunidade de Bom Retiro, então, como vereador, ficava chocado e triste com situações como essa, vendo agricultores e suas famílias trabalhando para arrancar pedras e o município com tantas máquinas no pátio, então precisava melhorar a situação que estava muito agravante e como vereador e fiscalizador do município ficava chateado com a situação por isso precisava imediatamente junto com os demais vereadores verificar com o prefeito e pedir para recuperar com urgência as estradas, pois a situação era triste e ficava chateado mesmo. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação o Projeto de Lei n.º 05/2018 propondo alteração na Lei Municipal n.º 868/2017 que autorizava o prefeito a fazer a aquisição do imóvel da COAMIG. Na discussão o Vereador Laurici antecipou seu voto e do Vereador Nelso, contrários ao projeto, dizendo que o município estava comprando esse terreno pelo valor de um milhão e cem mil reais e pagando pela totalidade do terreno, mas a sua dúvida era em relação a uma parte dessa área que teria uma posse e o município estaria pagando também por isso. O Vereador Gilnelson esclareceu que essa alteração era apenas para corrigir o número dos autos redigidos no projeto anterior onde o município teria sido condenado a pagar os aluguéis atrasados, e em função disso foi que houve a compra do imóvel, para evitar a ação de despejo, pois



tinham cerca de mais de trinta meses de aluguel atrasado do imóvel e o município estava sendo despejado por não pagamento nesse período e como a condenação da justiça dava em torno de duzentos mil reais houve-se por bem acertar os valores do imóvel, descontados esses duzentos mil reais, e assim o valor total do imóvel ficaria em torno de novecentos mil reais parcelado em trinta e nove vezes, o que também era objeto da mudança da lei, pois essas parcelas seriam contadas a partir de outubro do ano anterior, porém a empresa teve problemas em suas certidões e assim o município não conseguiu escriturar em tempo hábil o que deveria acontecer no próximo mês e em função disso era que estava sendo alterada a lei. O Vereador Nelsinho lembrou que o senhor Gervázio, presente à sessão, por muito tempo tinha sido chefe da COAMIG numa época muito boa em que existia o associativismo no município o que financeiramente era muito bom para os agricultores e restava lamentar por ter voltado o projeto ao Legislativo por erros de cálculos por parte do executivo onde seriam mais de um milhão e meio de reais com juros e correções que o município iria pagar, e torcia para que no final desse tudo certo. Em votação o projeto foi aprovado com dois votos contrários dos vereadores já declarados. Do Legislativo constou o Projeto de Lei n.º 01/2018 da Vereadora Sandra Daniel propondo denominação do CRAS Municipal de "Georgina Fialkowski Moruz", e de n.º 02/2018 da mesa diretora propondo a concessão de revisão geral anual aos servidores efetivos e comissionados, bem como aos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, no índice de 2,95 % (dois vírgula noventa e cinco por cento) considerando o IPCA acumulado do exercício de 2017. Ambos foram aprovados com todos os votos favoráveis sem receber comentários. Encerrando as votações o Projeto de Resolução n.º 01/2018 criando a Comissão de Assuntos Relevantes da AMEU foi aprovada com todos os votos favoráveis passado a constar como **Resolução n.º 01/2018** - Cria a Comissão de Assuntos Relevantes destinada a realização de estudos detalhados acerca do Transporte Universitário custeado total ou parcialmente pelo Município de Inácio Martins através de Fomento/Termo de Convênio firmado com a AMEU (Associação Martinense de Estudantes Universitários) desde o ano de 2012, inclusive. Após a aprovação o Presidente determinou que fosse publicada a Resolução e emitido Ato nomeando a mesma que ficaria composta pelos Vereadores Sandra Aparecida Daniel (Presidente); Gilberto Bello da Silva (Relator) e Edmundo Vier (Membro), e que os trabalhos fossem iniciados imediatamente. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **SIDNEI LOPES** apenas fez um breve comentário em relação à balança instalada no Parque de Máquinas contando que também esteve conversando com o prefeito sobre a pesagem dos veículos, através de uma lei proposta pelo então Vereador Osvaldir, e que o prefeito tinha entrado em contato com o DER de Ponta Grossa e seria feita uma pesagem dos caminhões com uma balança móvel após definida uma data, mas nem o município saberia a data em que viriam, para evitar que os transportadores se comunicassem e assim seria feito em pontos diferentes e no caso de irregularidades os infratores seriam autuados. Também comentou que já estavam estudando com o executivo para a reativação do Conselho Municipal de Trânsito já convidando os vereadores e demais pessoas que



tivessem interessados em fazer parte desse conselho, comentando que deveria ser revogado o Decreto n.º 062/2014 que nomeava o Conselho de Trânsito e Transportes e nesse caso iriam mexer apenas com o Conselho de Trânsito e depois com o próximo, e assim esse conselho poderia tomar as decisões referentes ao trânsito no município. O Vereador **GILBERTO BELLO** complementou a fala em relação à AMEU relatando um fato que teria chegado também até o presidente da casa e o vereador Gil podia ter conhecimento de que alunos de outros municípios como Irati e Guarapuava estariam usando esse transporte, se teria alguma regra no estatuto da associação de que isso podia acontecer, porém, em seu entendimento não poderia, pois a subvenção era repassada com recursos desse município e isso geraria até improbidade, deixando um alerta ao executivo para rever isso e não ter problemas à frente. O Vereador **SIDON VIEIRA** acrescentou comentários sobre o transporte universitário concordando que a situação era preocupante e como vereadores deveriam tentar resolver a situação para que os alunos que dependiam desse transporte tivessem uma resposta. Falou sobre o transporte de madeiras por empresas de fora que estavam causando um prejuízo muito grande ao município concordando que deveriam arranjar estratégias para que se resolvesse também esta situação, pois sabiam que o município tinha uma arrecadação muito baixa, estava saindo essa riqueza e o município estava perdendo muito com isso, por isso deveriam tomar providências. Quanto aos comentários do Vereador Dimas, disse que era muito preocupante, pois as cobranças vinham em cima dos vereadores do interior e também vivia dando explicações para o povo, mas chegava a um ponto que não tinha mais o que se dizer por isso esperava também uma força do Conselho de Desenvolvimento Rural para resolver a situação e também uma ação do executivo para contratação de mais profissionais para melhor desenvolver esses trabalhos que eram precisos de forma urgente. O Vereador **LAURICI** lembrou sua fala da última sessão onde comentava sobre o problema da grande quantidade de caminhões que estavam passando pelo centro da cidade; que ficava contente em ouvir o Vereador Sidnei Lopes se pronunciando pela criação de uma pasta para que fossem feitos estudos de onde ficaria melhor o trânsito desses caminhões porque via que esses veículos em sua grande maioria passavam somente para desviar pedágios acabando com o asfalto, principalmente sentido Irati que já estava bem danificado, além da pavimentação nas ruas da cidade, e causando prejuízos conforme já havia sido citado em plenário derrubando placas de sinalização e mais recentemente até um poste de energia derrubado no meio da cidade, coisas que com o tempo teriam que ser tomadas providências. O Vereador **NELSINHO** endossou os comentários do Vereador Sid Lopes em relação ao Conselho de Trânsito, afirmando que os assuntos levantados nesta sessão iam de encontro com a criação desse Conselho e voltou a reforçar que enquanto vice-prefeito na gestão anterior já estavam com conversas adiantadas com o DETRAN para colocar aqui no município um posto avançado em parceria com o município, onde os benefícios para os munícipes seriam muitos, exemplificando que se alguém precisasse uma segunda via de IPVA aqui no município teria que pagar e com um posto do DETRAN com certeza não teria custo nenhum, além de muitos outros benefícios, deixando a



dica para que o executivo revisse essa possibilidade. Disse que lhe causou um pouco de estranheza a fala do Vereador Dimas sobre a questão das estradas que já vinham debatendo muito e não estavam vendo um trabalho a contento da população, assunto que repetido várias vezes ficava constrangedor por estarem sempre batendo na mesma tecla e assim precisavam ter uma conversa com o executivo para chegarem à solução desse problema, com a contratação de pessoal para trabalhar com o maquinário que estava parado ou a contratação de uma empresa em caráter emergencial, pois talvez o município no momento não tivesse fôlego para suprir toda essa demanda, que envolvia o município inteiro e a questão do transporte escolar voltando à tona, e assim precisavam fazer um levantamento para terem conhecimento do que estava acontecendo nas estradas para cobrarem do executivo uma ação rápida e eficaz, pois o assunto era grave e de extrema urgência. O Vereador **GILNELSON** falou que a notícia boa desta sessão era o pedido que tinha feito ao prefeito e à Secretaria de Educação para a implantação de mais um ano do PROERD e após alguns contatos com a Polícia Militar e para a felicidade do município nesse ano Inácio Martins seria contemplado com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, que já estava sendo executado nas escolas municipais nas turmas de quinto ano, programa que visava trazer informação e prevenção quanto às drogas para as crianças, e estava bastante feliz com a implantação do PROERD. Em relação a alunos de outros municípios estarem usando o transporte universitário disse que não tinha conhecimento, pois era apenas um usuário do transporte até Guarapuava e no ônibus onde viajava não observava tal situação, e se estivesse acontecendo em algum dos outros ônibus não saberia dizer, mas tinha que ficar claro uma coisa, que o município era quem repassava a subvenção aos estudantes mas a gestão da associação era feita por membros da diretoria da associação e para o município o que interessava era que o valor da subvenção fosse aplicado de acordo com o plano de trabalho que era feito após o chamamento público, e para o município e para o Tribunal de Contas o que interessava era a aplicação dos recursos, assim como nas demais associações, devendo cumprir o que estava previsto nos planos de trabalho, então a situação de pegar alunos fora dos limites do município ou não deixar que outros alunos entrassem caberia tão somente à diretoria da AMEU e a prefeitura não tinha alçada nem poder para dizer se deveria ou não levar os alunos que estivessem sem o transporte até porque eram decisões internas, existia um Regimento Interno e toda uma situação que a associação tinha e que deviam respeitar, sem contar que no orçamento do município não cabia mais nada; já tinham fechado o orçamento e toda essa situação teria surgido depois do fechamento do orçamento; os alunos que decidiram estudar compareceram na associação nesse ano quando o orçamento já estava fechado, então ficava muito dificultoso para o município dizer se aportaria mais dez ou mais vinte mil reais por mês pois para começar teria que dizer de onde iria tirar esse recurso. Quanto ao tráfego de caminhões dentro do município disse que lembrava que ainda quando criança muito se ouvia que precisava de ligação alfáltica, que recolocaria Inácio Martins na rota do progresso e hoje com quase cinquenta anos via isso acontecer, todos queriam esse progresso e



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

027

quanto a essas inconveniências que estavam acontecendo era lógico que de forma organizada precisavam correr atrás e ver o que queriam e chegar a algum lugar, mas o município não era uma ilha, estava dentro de um país onde o direito de ir vir era constitucional e não tinha como fugir disso, mas o que precisavam era regulamentar algumas situações, e assim mesmo em se tratando de uma cidade que tinha apenas quatro ou cinco ruas que davam acesso para Guarapuava tinham poucas opções e isso deveria continuar e muito embora se regulamentasse a situação iriam continuar os problemas, e isso era fruto de um desejo antigo da população ou senão ninguém teria pedido para sair esse asfalto e esse era o preço do progresso. Ainda sobre estradas falou que já estava na casa há cinco anos e dois meses, desde o início da Legislatura anterior, e desde aquela época em toda sessão falavam sobre estradas e achava que não seria diferente nas próximas legislaturas porque a produção de madeira no município era responsável no momento por dois mil empregos, diretos e indiretos, e quanto a isso também deveriam pensar o que queriam para Inácio Martins, pois se pensassem em tomar uma atitude radical fazendo leis que proibissem, conforme citado no uso da Tribuna pelo ex-vereador Osvaldir, que não dariam mais certo e em sua opinião não dariam mesmo, e tentassem outra saída aí entenderia, mas não podiam desconsiderar um ramo de atividade econômica que gerava cerca de dois mil empregos no município; respeitava todas as posições, mas achava que teria que ser achado um caminho pois se comesçassem apenas a discutir isso, o que já tinham discutido várias vezes aqui na casa e até o momento nunca se chegou a um consenso porque não existia uma saída consensual, ou se fazia alguma coisa a força ou não se fazia nada, então deixava o seu questionamento para que rumo queriam ir, primeiro não queriam deixar passar caminhões dentro da cidade, segundo não deixar caminhões passar nas estradas do interior porque estragava, então deveriam se articular e se fundir a municípios como Irati ou Guarapuava e acabar com esse município para ver o que fariam, pois o primeiro ponto era decidir o que queriam e se ficassem apenas discutindo não adiantaria nada e deveriam discutir exatamente onde queriam chegar, com consciência e sabendo o resultado que isso traria para o município, pois não via que prejudicar dois mil empregos numa situação que estava sendo vivida no país fosse a solução. O Presidente fez rápidos comentários acima de tudo o que tinha sido discutido em relação às estradas concordando que era preciso encontrar soluções, pois a intenção não era impedir ninguém de trabalhar e sim encontrar mecanismos para que todos pudessem trabalhar e o que mantinha o município era a renda através da exploração da madeira, que correspondia a quase toda economia do município. Parabenzou o jovem Kleber Erivelton Fernandes que havia recentemente se formado em jornalismo e estava fazendo a cobertura das sessões desejando sucesso na carreira deste profissional. Nada mais havendo foi encerrada a presente sessão e convocada nova sessão ordinária para o dia doze de março, novamente às dezessete horas e trinta minutos, ficando lavrada a presente Ata, que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.